

QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO

Raffaele FITTO

Vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar a integração da perspectiva de género em todos os domínios políticos da sua pasta? Como tenciona aplicar a integração da perspectiva dos jovens?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Tendo crescido num tempo em que a Europa se encontrava profundamente dividida, a minha educação inspirou-se no respeito pelos valores e princípios consagrados nos Tratados europeus: liberdade, democracia, Estado de direito, pluralismo, igualdade, respeito pela dignidade humana, defesa dos direitos civis e igualdade entre homens e mulheres.

Iniciei a minha carreira política no partido cujos valores eram os meus, incluindo a sua vocação europeia: o partido «Democrazia Cristiana». Ao longo da minha carreira, ocupei cargos a diferentes níveis. A nível local, depois de ter sido eleito pela primeira vez em 1990 como conselheiro regional da Apúlia, fui eleito presidente da região em 2000. Para além de ter sido várias vezes deputado ao Parlamento italiano, fui ministro dos Assuntos Regionais e das Autonomias Locais (2008), ministro da Coesão (2010) e ministro dos Assuntos Europeus, do Sul, das Políticas de Coesão e do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência (PNRR) desde 2022. A nível europeu, fui pela primeira vez eleito deputado ao Parlamento Europeu em 1999 e novamente em 2014 e 2019. De 2000 a 2005, fui membro do Comité das Regiões, onde presidi à Comissão da Política de Coesão Territorial de 2002 a 2004.

Sempre fui um firme defensor do projeto europeu, bem como dos princípios e valores fundamentais do Estado de direito que lhe estão subjacentes. Num continente saído de uma devastadora guerra fratricida, a integração europeia oferece um caminho nunca antes trilhado e, a par da aliança euro-atlântica, constitui o principal instrumento para garantir a paz, o bem-estar, a prosperidade e a segurança dos europeus. A brutal agressão da Rússia contra a Ucrânia e o conflito no Médio Oriente demonstram que estes princípios não devem ser dados como adquiridos. A unidade e a determinação são as melhores armas de que dispomos para salvaguardar estas realizações e os valores que as sustentam.

Nas várias funções que desempenhei, fui conhecendo, em primeiro mão, e «vivenciando» a política de coesão e de desenvolvimento regional de diferentes pontos de vista, quer como presidente regional quer como ministro, função esta que me permitiu participar na formação competente do Conselho. Enquanto deputado ao Parlamento Europeu, fui membro da Comissão REGI e segui a política de coesão enquanto membro do Comité das Regiões.

A política de coesão é um pilar fundamental do projeto europeu. Na minha carta de missão, a presidente eleita Ursula von der Leyen escreveu que «a missão da coesão europeia é aproximar a Europa dos cidadãos e os europeus uns dos outros.» Concordo com essa afirmação, e se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me a trabalhar incansavelmente para concretizar este objetivo.

Nos próximos cinco anos, a União Europeia enfrentará desafios significativos, como as transições ecológica e digital, a segurança num contexto geopolítico complexo, o relançamento da sua competitividade numa economia

mundial em rápida evolução, a defesa do nosso modelo social e da democracia e a preparação para o futuro alargamento. Neste contexto, a política de coesão deve contribuir para os objetivos da União Europeia, tal como foram traçados nas orientações políticas apresentadas pela presidente eleita Ursula von der Leyen. Será essencial garantir recursos adequados e trabalhar em conjunto para chegar a um orçamento sólido.

A minha experiência como ministro responsável pela execução do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência de Itália, o maior da Europa em dimensão, permitiu-me testemunhar as oportunidades significativas que o NextGenerationEU representa para a União Europeia, bem como os desafios e aspetos sensíveis deste importante e histórico projeto conjunto.

Se a minha indigitação for confirmada, tenciono utilizar esta experiência e trabalhar em conjunto com o comissário responsável pela Economia e Produtividade no sentido de, tal como indicado na minha carta de missão, concretizar as reformas e os investimentos que foram acordados e constam do plano de recuperação e resiliência dos Estados-Membros, até ao prazo para apresentação das despesas em 2026.

Ao longo da minha carreira, estive envolvido a vários níveis em inúmeras políticas europeias e reconheci a importância de coordenar a sua conceção e aplicação. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executivo, comprometo-me a colaborar com os colegas responsáveis pela Agricultura e Alimentação, Mobilidade Sustentável e Turismo, Pescas e Economia Azul, entre outros, para que estas políticas sejam integradas e funcionem de forma sinérgica para contribuir para a prosperidade da União Europeia e dos seus cidadãos.

O meu empenho na igualdade de género é absoluto, convencido que estou de que a atenção à igualdade de género, antes de ser um dever, é uma oportunidade significativa para o funcionamento de qualquer sociedade. Por conseguinte, estou empenhado em promover uma liderança equilibrada em termos de género, começando pelo meu gabinete, confiante de que tal conduzirá a uma estrutura mais eficiente e capaz de traduzir as diversas sensibilidades necessárias para otimizar a tomada de decisões. Trabalharei no sentido de assegurar uma perspetiva de género na política de coesão e em todos os outros domínios da pasta que me é confiada.

Sempre encorajei e investi nos jovens, componentes que são de uma sociedade mais saudável, mais inovadora e dinâmica. Em consonância com as prioridades políticas da presidente eleita Ursula von der Leyen, comprometo-me a integrar as perspetivas da juventude nas políticas que definem uma prioridade na minha pasta. Os Diálogos com a Juventude serão uma excelente oportunidade para ouvir as necessidades e os pontos de vista dos jovens. Por conseguinte, aguardo com expectativa a realização do primeiro diálogo nos 100 primeiros dias do meu mandato.

Sempre agi no interesse público exclusivo. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executivo, desempenharei as minhas funções no interesse europeu exclusivo, no pleno respeito pelo espírito e a letra dos Tratados, em especial as obrigações definidas no artigo 17.º, terceiro parágrafo, do Tratado da União Europeia (TUE). A independência sempre caracterizou a minha ação pessoal e política e, enquanto membro da Comissão, não solicitarei nem aceitarei instruções de nenhum Estado-Membro, de qualquer outra instituição ou de qualquer outro organismo. Respeitarei e honrarei o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia e as respetivas disposições em matéria de conflitos de interesses. Comprometo-me a atualizar rapidamente a minha declaração de interesses, caso tal venha a revelar-se necessário.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigado a prestar contas perante o Parlamento?

Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissões como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento informações e documentos em tempo útil e em pé de igualdade com o Conselho?

Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executivo, comprometo-me a fornecer informações completas e pormenorizadas sobre as ações sob a minha responsabilidade.

O Parlamento Europeu e a Comissão, à luz das suas relações institucionais históricas, agem em estreita coordenação, uma vez que ambos são intérpretes da vontade de integração e do espírito europeu. Não tenciono desviar-me desta visão.

Por este motivo, considero igualmente essencial garantir a transparência e a responsabilização perante o Parlamento Europeu. Tendo exercido as funções de deputado ao Parlamento Europeu mais de 10 anos e de ministro dos Assuntos Europeus, do Sul, das Políticas de Coesão e do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, considero crucial assegurar a participação adequada deste órgão para o bom funcionamento do processo legislativo democrático.

Na minha opinião, a responsabilização perante o Parlamento não se deve limitar às decisões de comunicação de informações, mas exige também um diálogo constante e frutuoso, que constitui a base da boa governação. Será essencial encetar estes diálogos desde cedo.

Considerarei o Parlamento e o Conselho igualmente importantes quando agem na qualidade de legisladores e velarei por que este princípio se reflita na partilha de informações pertinentes no meu domínio de responsabilidade. Trata-se não só de uma obrigação jurídica, mas também de um requisito fundamental para um membro do Colégio que presta diretamente contas aos deputados eleitos do Parlamento Europeu.

Nas orientações e na carta de missão da presidente eleita Ursula von der Leyen, é salientada a intenção de reforçar ainda mais a relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Partilho plenamente desta visão e assegurarei um fluxo regular de informações com as comissões parlamentares competentes e disponibilizar-me-ei para reuniões bilaterais. Participarei regularmente em negociações interinstitucionais e, quando solicitado, em sessões plenárias e diálogos estruturados das comissões parlamentares. Além disso, garantirei respostas rápidas e precisas às perguntas dos membros de comissões relacionadas com a minha pasta.

A fim de garantir a transparência, estarei disponível para organizar diálogos estruturados com as comissões parlamentares competentes e respeitarei plenamente as disposições do Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão, bem como o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor.

A presidente eleita Ursula von der Leyen comprometeu-se a assegurar que os comissários continuem a responder às resoluções parlamentares adotadas pela maioria dos seus membros com propostas legislativas, no pleno respeito dos princípios de proporcionalidade, subsidiariedade e legislar melhor. Além disso, a presidente eleita considera necessário reforçar a cooperação prevista no artigo 225.º do TFUE e insta os comissários a encetarem diálogos estruturados com as comissões parlamentares sobre as resoluções em questão. Concordo plenamente com estes objetivos e, se a minha indigitação for confirmada, trabalharei com o Parlamento em todas as fases de debate das resoluções. Estou firmemente convicto de que o facto de ter exercido muito tempo as funções de deputado ao Parlamento Europeu terá um impacto positivo nos resultados do nosso trabalho.

Defendo veementemente a visão sobre a importância de estar mais presente no terreno expressa pela presidente eleita Ursula von der Leyen. Se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me a visitar regularmente os Estados-Membros e as suas regiões para avaliar os resultados da política de coesão. Será essencial reunir com os cidadãos de toda a União, tanto nas cidades como nas zonas rurais e menos povoadas.

Os próximos meses serão cruciais para que a UE continue a apoiar reformas e investimentos duradouros que contribuam diretamente para reforçar o crescimento europeu. Para alcançar estes objetivos, e em conformidade com os Tratados, será essencial trabalhar em sinergia com o Parlamento Europeu, o Conselho e o Comité das Regiões. Será igualmente importante ouvir os pontos de vista das regiões e entidades locais, cada uma delas com sensibilidades e especificidades próprias, para assegurar que as suas necessidades são devidamente tidas em conta na conceção de uma política de coesão reforçada e modernizada. Seria para mim uma honra desempenhar funções na Comissão Europeia, instituição fundamental na qualidade de guardião dos Tratados. Em nome do interesse comum da União, defenderei os nossos valores e agirei sempre em conformidade com o princípio da colegialidade. Colaborarei estreitamente com os outros membros do colégio para concretizar as prioridades estabelecidas pela presidente Ursula von der Leyen.

Perguntas da Comissão do Desenvolvimento Regional

3. Futuro da política de coesão - principais ensinamentos retirados - simplificação

Qual é a sua visão para o futuro da política de coesão após 2027 e quais são, na sua opinião, os principais ensinamentos que a Comissão Europeia e os Estados-Membros deviam ter retirado dos períodos de programação anteriores a esse respeito? Considera válidos os objetivos de superar as disparidades regionais e de coesão económica e social e como tenciona assegurar que o princípio de «não prejudicar a coesão» se reflete no próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP)? Vai continuar a defender a política de coesão enquanto mecanismo de investimento e solidariedade para todas as regiões e como tenciona assegurar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e dar uma resposta adequada aos desafios enfrentados pelas zonas urbanas? Como irá proteger o objetivo principal da política de coesão e garantir uma dotação orçamental sólida no âmbito da proposta do QFP? De que forma irá, ao mesmo tempo, aumentar a flexibilidade para fazer face às necessidades emergentes, aumentar a transparência, acelerar os processos de execução e assegurar a simplificação? Em particular, devem os fundos da política de coesão ser reformados segundo um modelo baseado no desempenho semelhante ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)? Nesse contexto, como tenciona garantir a continuidade da política de coesão, preservando os seus objetivos iniciais, e assegurar que a futura gestão e financiamento da política respeita o modelo de gestão partilhada, a abordagem de base local, a governação a vários níveis e os princípios da parceria, e preserva o papel dos órgãos de poder local e regional? Tenciona explorar a possibilidade de criar um mecanismo eficaz no próximo período de programação financeira para o acesso direto aos fundos de coesão por parte dos órgãos de poder local e regional, cidades e municípios de cada Estado-Membro, com base nas suas necessidades específicas de desenvolvimento?

A coesão económica, social e territorial é um dos objetivos primordiais da União e é vital para o seu desenvolvimento pleno e para o seu êxito duradouro. A política de coesão representa os valores fundamentais da União Europeia de unidade, solidariedade e equidade para todas as regiões. O reforço da coesão económica, social e territorial aumenta a produtividade, a inovação e a competitividade. A minha visão para a política de coesão pós-2027 centra-se na promoção da convergência, na redução das disparidades regionais e no apoio a todas as regiões — em especial as menos desenvolvidas — na perspetiva de assegurar uma coesão económica, territorial e social sustentada. O próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) constitui uma oportunidade para elaborar uma política de coesão e crescimento reforçada e modernizada, em parceria com as autoridades nacionais, regionais e locais. A política de coesão no próximo QFP deve estar alinhada com as prioridades mais vastas da UE. Deve também tornar-se mais focalizada, mais simples e mais eficaz. Trabalharemos no sentido de colmatar as disparidades regionais e sociais proporcionando soluções adaptadas aos desafios regionais e locais e ajudando as regiões, incluindo as ilhas e as regiões ultraperiféricas, a recuperar atrasos. No âmbito deste processo, teremos de mobilizar reformas e investimentos para ajudar à construção de tudo o que as comunidades precisam para prosperar.

A política de coesão está ancorada nos seus princípios fundamentais: a abordagem de base local, a governação a vários níveis e a parceria. A medida que desenvolvemos o QFP para o período pós-2027, velarei por que estes princípios fundadores sejam preservados. Os órgãos de poder local e regional terão de estar no centro da conceção e da execução dos planos, a fim de garantir uma apropriação tão ampla quanto possível. A política de coesão deve ser capaz de se adaptar a desafios emergentes, como as alterações climáticas, a transformação digital e as mudanças demográficas, e reforçar a inclusão social. Estas realidades em evolução obrigam a que continuemos a ser flexíveis e virados para o futuro, ao mesmo tempo que nos mantemos fiéis à política de coesão enquanto pedra angular da unidade e da força da União.

Embora os progressos sejam inegáveis, persistem as disparidades regionais já conhecidas e novas emergem, com algumas regiões a estagnarem em resultado dos desafios que enfrentam, nomeadamente no que respeita à utilização eficaz dos recursos. Os investimentos, por si só, não são suficientes. Os investimentos e as reformas da política de coesão devem articular-se harmoniosamente para dar resposta aos desafios que há muito se fazem sentir, e acelerar a convergência ascendente dos nossos territórios e a realização de investimentos no terreno. O crescimento regional sustentado requer uma abordagem mais equilibrada, que associe o quadro regulamentar adequado, o reforço das capacidades e o planeamento estratégico. O reforço das capacidades administrativas nacionais e regionais e a melhoria da governação são igualmente essenciais para uma gestão eficiente dos fundos, a execução de reformas e a obtenção de resultados tangíveis.

É necessário prosseguir a simplificação, reduzir encargos administrativos e permitir que os beneficiários — em especial as pequenas e médias empresas e as comunidades locais — acessem aos fundos de forma mais eficiente. Este acesso será significativamente facilitado com a racionalização dos processos, a redução da burocracia e o reforço da transparência graças a verificações de gestão em função dos riscos e a uma maior harmonização das regras de elegibilidade. A participação dos órgãos de poder local e regional nas fases iniciais dos processos decisórios assegurará uma utilização mais eficaz dos fundos, um melhor alinhamento com as necessidades regionais e uma maior capacitação dos intervenientes locais para definirem os contornos do seu desenvolvimento. A obtenção de resultados é outro objetivo fundamental. Cada euro saído do orçamento da UE deve fazer uma

diferença tangível. Temos também de ser capazes de comunicar mais claramente com todos os nossos cidadãos para lhes dar a conhecer os projetos que o orçamento da UE financia. Numa perspetiva de futuro, devemos também retirar ensinamentos da experiência adquirida com modelos de desembolso simplificados, uma vez que permitiram reduzir os encargos administrativos sem comprometer a supervisão financeira. Estas mudanças serão fundamentais para tornar a política de coesão mais ágil e reativa.

Na reflexão sobre o futuro da política de coesão, haverá que considerar diferentes opções e avaliar os méritos de cada uma delas, tendo em conta os pontos de vista das partes interessadas pertinentes. Teremos de dar provas de transparência em relação aos destinatários finais dos fundos da UE, a fim de permitir a rastreabilidade e a responsabilização, e encontrar formas de limitar os encargos administrativos para os beneficiários e as autoridades de execução. Teremos também de refletir sobre as melhores formas de tornar a política de coesão mais flexível para enfrentar os desafios emergentes.

A promoção da coesão é uma responsabilidade partilhada entre a UE e os seus Estados-Membros. Trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas comissários para assegurar que a coesão económica, social e territorial continue a ser um pilar importante no próximo QFP.

A política de coesão continuará a apoiar todas as regiões, com especial atenção para as menos desenvolvidas. Nestas regiões, a nossa prioridade irá para investimentos que melhorem o acesso ao emprego, aos serviços e às infraestruturas, velando simultaneamente por que as regiões menos desenvolvidas nas transições ecológica e digital recebam o apoio necessário.

As zonas urbanas deparam-se com desafios distintos, que vão da habitação a preços acessíveis ao congestionamento e à sustentabilidade ambiental. Se a minha indigitação for confirmada, proporei uma agenda política abrangente para as cidades que trace uma visão clara para o desenvolvimento urbano, defina a abordagem da UE em matéria de crescimento urbano sustentável e traduza as prioridades da UE em ações locais concretas. Para garantir que não são deixadas para trás, as cidades devem participar ativamente na conceção e na execução das políticas, assumindo-as como suas. Se a minha indigitação for confirmada, assumo o compromisso de trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu no sentido de garantir que as cidades e os órgãos de poder local e regional tenham um acesso mais eficiente ao financiamento.

4. Ligação com as reformas, Estado de direito, Semestre Europeu e condicionalidade

O nono relatório sobre a coesão salienta a necessidade de explorar formas de reforçar ainda mais a ligação entre o investimento e as reformas, a fim de maximizar o impacto da política de coesão. No entanto, receia-se que os objetivos da política de coesão, tal como enunciados nos artigos 174.º e 175.º do TFUE, possam ser comprometidos pela eventual introdução de condicionalidades. Por conseguinte, apoia a introdução de uma ligação mais forte entre o financiamento da política de coesão e as principais reformas nacionais? Em caso afirmativo, que tipos de reformas devem estar associadas ao acesso aos fundos? Pondera associar o acesso aos fundos ao Semestre Europeu ou, em particular, à condicionalidade macroeconómica? Tenciona assegurar que os Estados-Membros ou as regiões com capacidade administrativa limitada não sejam penalizados de forma desproporcionada? Tenciona reforçar a ligação entre a política de coesão e o respeito pelo Estado de direito, através de uma aplicação mais rigorosa das condições habilitadoras horizontais, em especial da aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE? Por último, como tenciona assegurar que a relutância dos governos nacionais em realizar determinadas reformas não impede o acesso das regiões aos fundos?

O nono relatório da Comissão sobre a coesão sublinha a importância de reforçar ainda mais a ligação entre o investimento e as reformas, a fim de maximizar o impacto da política de coesão. A correlação entre convergência e reformas estruturais continuará a ser crucial, tal como foi demonstrado no período de 2021-2027, durante o qual a União reforçou já esta ligação, nomeadamente através de um alinhamento estreito com o Semestre Europeu. As recomendações específicas por país formuladas nos últimos anos servem de bússola para identificar as necessidades de reforma e investimento dos Estados-Membros e continuarão a orientar a revisão intercalar. A fim de alinhar as reformas com o investimento e promover eficazmente o crescimento e o desenvolvimento regionais, integrámos também as dimensões regional e territorial em programas como o Fundo para uma Transição Justa.

A ligação que foi estabelecida entre o Semestre Europeu e os desembolsos dos fundos da UE provou ser eficaz no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A UE pôde, assim, prestar apoio direto aos Estados-Membros para desenvolverem e executarem reformas e investimentos duradouros capazes de dar resposta aos desafios nacionais e contribuir diretamente para reforçar o crescimento sustentável da Europa e o Estado de direito. O apoio

combinado a reformas e investimentos no âmbito de um plano único revelou-se eficaz e resultou em maior coerência, eficácia e sinergias.

Além disso, no âmbito dos fundos da política de coesão, foram racionalizadas as condições habilitadoras para o período de 2021-2027, a fim de assegurar a existência dos quadros necessários para a execução eficaz dos fundos. Por exemplo, a condição habilitadora relativa à governação do setor da energia levou a adaptações e ao estabelecimento de sistemas de certificação do desempenho energético. Do mesmo modo, as estratégias de especialização inteligente, exigidas ao abrigo da condição habilitadora ligada ao objetivo específico de «desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas» e «desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo» transformaram a forma como a inovação é financiada a nível regional.

No quadro da execução do orçamento, os Estados-Membros e a Comissão devem assegurar o cumprimento da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e respeitar os valores da União consagrados no artigo 2.º do TUE relevantes para a execução do orçamento. Todas as operações financiadas ao abrigo do Regulamento Disposições Comuns devem respeitar a legislação aplicável, o que inclui a adesão à Carta dos Direitos Fundamentais. Além disso, a condição habilitadora horizontal relativa à aplicação da Carta proporcionou fortes incentivos à mudança estrutural, nomeadamente no domínio da reforma judicial. Este processo decorreu em conjugação com os marcos dos planos de recuperação e resiliência e com os relatórios anuais sobre o Estado de direito, que identificaram elementos fundamentais de reformas destinadas a assegurar uma proteção judicial efetiva. Além disso, o Regulamento sobre a Condicionalidade ligada ao Estado de direito aplica-se a todos os fundos da UE, incluindo a política de coesão. O meu compromisso para com estes princípios é total.

A presidente eleita Ursula von der Leyen salientou, nas suas orientações políticas, que o futuro orçamento de longo prazo investirá na defesa do Estado de direito e incluirá salvaguardas para continuar a assegurar que é respeitado. Em primeiro lugar, essas salvaguardas assentarão na aplicação contínua do regime geral de condicionalidade subjacente a todos os fundos. Em segundo lugar, teremos de retirar lições da experiência adquirida com a execução do atual orçamento e do NextGenerationEU, incluindo no que respeita a assegurar uma ligação mais estreita entre reformas e o reforço do Estado de direito. A aplicação dos diferentes instrumentos demonstrou que é possível harmonizar as regras para as tornar ainda mais eficazes.

A política de coesão foi definida com flexibilidade de forma a ser possível adaptar o apoio ao investimento às necessidades regionais e locais. Se a minha indigitação for confirmada, enquanto vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas, velarei por que as reformas sejam cuidadosamente alinhadas com as realidades regionais e que a política de coesão continue a ser uma força motriz do crescimento e da convergência em todas as regiões, ao serviço da produtividade, da competitividade e da inovação, sem deixar nenhuma região para trás neste processo. Para o efeito, manterei um diálogo estreito com todos os órgãos de poder local e regional no sentido de identificar eventuais obstáculos ao acesso aos fundos da UE, e terei especial cuidado em garantir que essas autoridades ocupem um lugar central na conceção e na execução.

É essencial assegurar que os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais disponham de capacidades adequadas para a execução e a absorção dos fundos da UE. Estou ciente das insuficiências da capacidade administrativa em determinados Estados-Membros e regiões. Se a minha indigitação for confirmada, é minha intenção continuar a apoiar o reforço das capacidades dos Estados-Membros no que respeita, por um lado, ao reforço da administração pública e da governação e, por outro, ao aumento da capacidade de realizar reformas (ou seja, de as conceber e executar), também com recurso a uma maior digitalização.

5. Regiões orientais, alargamento e Mecanismo Transfronteiriço Europeu

No contexto da guerra em curso da Rússia contra a Ucrânia, as regiões fronteiriças da UE, especialmente as regiões orientais e setentrionais nas fronteiras externas da UE com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia, enfrentam o duplo desafio de reforçar a segurança e revitalizar, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento económico e social. Prevê quaisquer iniciativas ou medidas especiais de apoio para ajudar essas regiões fronteiriças a fazer face à grave recessão económica? A que tipos de assistência e de iniciativas políticas tenciona dar prioridade? Para além da pressão sobre o orçamento da política de coesão exercida por essas regiões orientais e setentrionais, o alargamento previsto à Ucrânia, Moldávia, Balcãs Ocidentais e, eventualmente, à Geórgia vai afetar ainda mais o orçamento da política de coesão. Como tenciona garantir que o orçamento da política de coesão é suficiente para satisfazer as necessidades crescentes? Além disso, é importante referir que a persistência dos obstáculos administrativos e jurídicos transfronteiriços agrava a recessão económica não só nas regiões afetadas pela guerra russa, mas sim em todas as regiões da UE. Esses obstáculos fragmentam o mercado

único, resultando na perda de milhares de milhões de euros e de milhões de postos de trabalho a nível da UE. Neste contexto urgente de, por um lado, dar resposta às necessidades das regiões fronteiriças afetadas pela guerra e, por outro, preparar o alargamento, tenciona dar prioridade à conclusão das negociações interinstitucionais sobre o regulamento, há muito estagnado, relativo à criação de um mecanismo para remover os obstáculos jurídicos e administrativos num contexto transfronteiriço?

As regiões fronteiriças da UE, em especial as que partilham fronteiras externas com a Rússia e a Bielorrússia, deparam-se com o duplo desafio de reforçar a segurança ao mesmo tempo que revitalizam o seu desenvolvimento económico e social. A segurança e o desenvolvimento económico destas regiões foram gravemente afetados em consequência direta da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Para atenuar este impacto nas regiões fronteiriças, foram introduzidas várias iniciativas. Em primeiro lugar, recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), inicialmente atribuídos a programas Interreg com a Rússia e a Bielorrússia, foram reorientados para programas de cooperação transfronteiriça interna no montante de 150 milhões de euros. Todas as regiões da UE vizinhas da Rússia e da Bielorrússia podem, assim, participar em, pelo menos, um programa Interreg de cooperação interna. Em segundo lugar, a Comissão reforçou os seus compromissos em favor do programa Interreg através do lançamento de convites específicos, da criação de pontos de informação e da prestação de apoio adicional às regiões que fazem fronteira com a Rússia. Por exemplo, em colaboração com o Banco Mundial, a iniciativa «Catching-Up Region» (CuRI) ajuda os Estados Bálticos a desenvolver a resiliência regional.

Em contrapartida, as regiões limítrofes da Ucrânia não só prosseguiram como intensificaram, nos últimos três anos, a sua cooperação transfronteiriça com este país. A Comissão redirecionou um montante adicional de 135 milhões de euros, inicialmente previsto para programas de cooperação com a Rússia e a Bielorrússia, para programas transfronteiriços com a Ucrânia e a República da Moldávia. Estes recursos apoiam setores-chave como o ambiente, a saúde, a educação e a gestão das fronteiras. Os programas transfronteiriços com a Polónia, a Eslováquia, a Hungria e a Roménia contribuem com quase 400 milhões de EUR de financiamento da UE, incluindo 67 milhões de EUR para a iniciativa da UE relativa aos corredores solidários. Ao manter e expandir estes programas transfronteiriços, pretendemos promover uma cooperação mais estreita entre as regiões da UE e a Ucrânia, no intuito de ajudar a gerir estes desafios e, simultaneamente, apoiar a recuperação das economias locais e ucraniana.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei no sentido de continuar a prestar apoio às regiões fronteiriças orientais mais afetadas pela guerra de agressão da Rússia, nomeadamente nos respetivos esforços para reorientar a economia local. A iniciativa «Catching-Up Region» poderia, por exemplo, proporcionar pistas interessantes no que respeita à criação de novos polos de inovação, ou utilizar as potencialidades das regiões para apoiar a produção de energias renováveis, desenvolver novos ecossistemas de produção, etc. Nas regiões limítrofes da Ucrânia e da Moldávia, os esforços poderiam focar-se na intensificação das interconexões a todos os níveis (infraestruturas de transportes e fluxos digitais, polos de inovação e acesso a serviços públicos) e na preparação para adesão. Trabalharei igualmente com o comissário responsável pelo Alargamento para assegurar um acompanhamento atento dos progressos realizados pelos países do alargamento em termos da sua convergência económica com a UE, da sua integração gradual no mercado único e da execução das principais reformas necessárias para tirar o máximo partido dos fundos da UE — todos estes elementos cruciais para possibilitar uma adesão harmoniosa à UE.

A eliminação dos persistentes obstáculos administrativos e jurídicos transfronteiriços que estas regiões enfrentam é também uma das minhas prioridades. Apoio plenamente a conclusão das negociações interinstitucionais sobre o regulamento relativo à facilitação de soluções transfronteiriças, cujo acordo está há muito estagnado. Reconheço a importância deste aspeto para os cidadãos que vivem e trabalham nas zonas fronteiriças. Por conseguinte, tenciono trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros no sentido de dar resposta às suas preocupações e conto com o apoio contínuo do Parlamento para que as negociações possam ser encetadas com celeridade. Trata-se de um passo fundamental para eliminar os obstáculos que impedem o desenvolvimento económico e a cooperação nas regiões fronteiriças.

No que diz respeito ao impacto do alargamento na política de coesão da UE, os objetivos que pautam este domínio de intervenção continuam a ser válidos numa União mais vasta, tanto nos atuais como nos futuros Estados-Membros. No passado, a política de coesão deu provas de ser um instrumento eficaz para contribuir para o mercado único e amplificar os seus benefícios, reduzindo as disparidades territoriais e estimulando uma maior convergência socioeconómica entre os Estados-Membros e as regiões. Para nos prepararmos para uma União mais vasta, é necessária uma reflexão abrangente sobre o futuro da política de coesão. Não é, no entanto, a primeira vez

que a UE se mobiliza para um alargamento e podemos retirar ensinamentos do passado para garantir que a política da UE continua a produzir resultados concretos. As revisões das políticas anteriores ao alargamento, que a Comissão empreenderá no início de 2025, incidirão sobre estes aspetos.

6. Ilhas, despovoamento, direito de permanência, regiões ultraperiféricas (artigo 349.º do TFUE), habitação, territórios com especificidades geográficas e naturais (artigo 174.º do TFUE)

Em conformidade com o artigo 174.º do TFUE, a União presta especial atenção à resposta a dar aos desafios das regiões desfavorecidas, em especial das que sofrem de limitações naturais ou demográficas graves e permanentes. No espírito do real «direito de permanência», que medidas concretas tenciona tomar para combater o despovoamento, especialmente nas zonas rurais e nas pequenas cidades, assegurando simultaneamente a igualdade de acesso a serviços públicos essenciais? Como tenciona melhorar a conectividade regional e as condições de habitação para permitir que as pessoas que vivem nas ilhas, nas regiões ultraperiféricas e nas regiões periféricas e transfronteiriças permaneçam nessas zonas? Que medidas específicas tenciona propor para reduzir a burocracia e melhorar o acesso das PME dessas regiões ao financiamento da UE e ao mercado interno? Considera que chegou o momento de a Comissão desenvolver uma estratégia europeia para as ilhas (Pacto das Ilhas) e um programa POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade) em matéria de transportes?

É minha convicção que devemos considerar os desafios económicos e sociais específicos das ilhas, como a habitação, os transportes, a educação, os cuidados de saúde, a gestão da água e dos resíduos e das regiões ultraperiféricas. Estas regiões enfrentam problemas de desenvolvimento distintos, pelo que é difícil tratá-las como de um grupo único se tratasse. A política de coesão sempre prestou especial atenção às ilhas e às regiões ultraperiféricas, em linha com o Tratado, e, se a minha indignação for confirmada, continuarei a reforçar o trabalho nesse sentido.

As ilhas são muito diversificadas e enfrentam desafios vários, onde se incluem níveis de crescimento económico e tendências demográficas diferentes, com algumas ilhas a registar um aumento demográfico ao passo que outras assistem a um declínio das suas populações. Estas necessidades distintas exigem abordagens adaptadas. É precisamente isto que a política de coesão irá fazer: fomentar programas nacionais e regionais para dar resposta a estes desafios. Continuarei a apoiar as ilhas com financiamento, boas práticas e estratégias territoriais específicas. Além disso, trabalharei com os meus colegas comissários para assegurar que as especificidades das ilhas sejam consideradas em todas as políticas pertinentes da UE. O nono relatório da Comissão sobre a coesão destaca os riscos significativos que o despovoamento e o envelhecimento da população representam para as zonas rurais, as pequenas cidades e outras regiões desfavorecidas. Defendo que a tónica deve ser colocada em medidas concretas para enfrentar estes desafios, assegurando que os cidadãos possam permanecer nas suas comunidades locais. Em primeiro lugar, melhorar os serviços públicos e a qualidade de vida — o «direito de permanência» depende do acesso a serviços essenciais como os cuidados de saúde, a educação, a habitação e os transportes públicos. Defenderei a continuação dos investimentos nestes domínios, no sentido de contribuir para prevenir o despovoamento e atrair novos residentes, incluindo jovens famílias e profissionais. Em segundo lugar, é essencial combater o fosso digital. O reforço da literacia digital e a prestação de serviços em linha fiáveis, incluindo a Internet de alta velocidade e redes 5G, impulsionarão a competitividade destas regiões. Deste modo, reduziremos a emigração e criaremos condições para o trabalho à distância e a educação em linha, proporcionando novas oportunidades e, por conseguinte, incentivando os jovens profissionais e as famílias a permanecerem ou regressarem a estas zonas. Em terceiro lugar, é crucial apoiar as economias locais e promover a inovação para criar emprego e reter jovens talentos. A promoção do empreendedorismo nas zonas rurais será fundamental e continuará a apoiar as PME, a agricultura sustentável e a economia circular. A criação de ecossistemas de inovação nestas regiões pode promover a resiliência económica e o crescimento a longo prazo. Em quarto lugar, a promoção do desenvolvimento sustentável é uma prioridade fundamental da política de coesão, em especial nas regiões rurais e fronteiriças, com incidência nas transições ecológica e digital. Os investimentos em energias renováveis, transportes sustentáveis e proteção do ambiente melhorarão as condições de vida e criarão novos empregos verdes.

É fundamental adaptar o apoio às necessidades regionais. Velarei por que a política de coesão continue a ser flexível e de base local, adaptada a desafios específicos. Através de estreitas parcerias com os órgãos de poder local e regional, podemos ajustar os investimentos e as reformas às necessidades únicas destas regiões, assegurando que nenhuma região fica para trás neste processo. No que diz respeito à conectividade regional e à habitação, darei prioridade à melhoria das infraestruturas digitais e de transportes, a fim de assegurar que as pessoas nas ilhas, nas regiões ultraperiféricas e nas regiões periféricas e transfronteiriças possam permanecer ligadas a plataformas europeias mais vastas. A conectividade dos transportes é crucial para aceder a empregos, serviços essenciais, educação e cuidados de saúde, bem como para a circulação de mercadorias. Trabalharei com o comissário

responsável pelos Transportes para melhorar as ligações ferroviárias e de transportes públicos entre estas regiões e as principais plataformas europeias, com investimentos na mobilidade sustentável e no transporte multimodal.

A conectividade digital é igualmente importante. Defenderei investimentos na Internet de alta velocidade e em redes 5G nas regiões rurais, periféricas e transfronteiriças, a fim de facilitar o trabalho à distância, a educação em linha e a prestação digital de serviços, tornando estas zonas mais atrativas para viver. É igualmente vital enfrentar os desafios da mobilidade nas regiões remotas e insulares.

Será fundamental integrar serviços essenciais, como os cuidados de saúde, a educação e o acolhimento de crianças, nos investimentos da política de coesão para evitar o despovoamento e tornar estas regiões mais atrativas para os residentes. Para tal, reforçaremos a cooperação transfronteiriça, facilitaremos a prestação de serviços partilhados e promoveremos soluções inteligentes, como a telemedicina e a aprendizagem eletrónica. Estas novas iniciativas complementarão a iniciativa «Energias Limpas para as Ilhas da UE» financiada pela UE, que ajuda as ilhas a gerar a sua própria energia sustentável e a baixo custo, contribuindo assim para o acesso das comunidades insulares a energia sustentável e a preços comportáveis.

Um direito efetivo de permanência passa também pelo acesso a empregos de qualidade, especialmente para aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho há demasiado tempo e que procuram novas oportunidades. O Roteiro para Empregos de Qualidade, a desenvolver em conjunto com os parceiros sociais, é uma iniciativa concreta neste contexto. Neste processo, apoiarei o vice-presidente executivo responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação. No que diz respeito ao acesso aos serviços e, em especial, aos serviços essenciais, a futura Estratégia da UE de Combate à Pobreza desempenhará um papel estratégico, nomeadamente na abordagem dos aspetos territoriais da pobreza.

A política de coesão continuará a contribuir para uma habitação sustentável e a preços acessíveis. Trabalharei no sentido de introduzir disposições flexíveis na legislação, a fim de permitir que os Estados-Membros dupliquem o seu investimento na área da coesão em habitações a preços acessíveis. Os investimentos incluirão a renovação do parque habitacional existente, a melhoria da eficiência energética e o apoio a novos projetos adaptados às necessidades regionais. O Novo Bauhaus Europeu pode proporcionar um quadro valioso para este trabalho. Prestaremos igualmente assistência técnica e contribuiremos para o reforço das capacidades das cidades e das partes interessadas, assegurando a integração de projetos de habitação em infraestruturas urbanas mais vastas. Paralelamente, o vice-presidente executivo responsável por uma Transição Limpa, Justa e Competitiva conduzirá uma revisão das regras em matéria de auxílios estatais, a fim de possibilitar a adoção de medidas de apoio à habitação, sobretudo em prol de habitação social e eficiente do ponto de vista energético a preços acessíveis.

Estou determinado a defender um apoio de base local adaptado para que as necessidades específicas das regiões sejam traduzidas na futura política de coesão. Trata-se, nomeadamente, de simplificar os processos de candidatura e de comunicação de informações, a fim de reduzir os encargos administrativos para as PME, reduzir a burocracia e facilitar o acesso das empresas locais ao financiamento da UE e a sua participação no mercado único. Um diálogo a montante com os órgãos de poder local e regional é essencial para alinhar o financiamento da UE com as realidades locais. Iniciativas como a Rede Europeia de Empresas (REE) e a Plataforma Europeia para a Colaboração entre Polos Empresariais continuarão a prestar um apoio crucial às PME, ajudando-as a compreender um quadro regulamentar complexo, a garantir financiamento da UE e a estabelecer contactos com parceiros comerciais. A REE desempenha um papel fundamental nas regiões remotas, proporcionando orientações adaptadas sobre programas como o Horizonte Europa e o InvestEU. Facilita igualmente as parcerias transfronteiriças, permitindo às PME explorarem novos mercados e expandirem as suas operações de forma mais eficaz.

Promoverei igualmente um diálogo contínuo com as partes interessadas, a fim de assegurar que os mecanismos de financiamento respondam à evolução das suas necessidades e que eventuais estrangulamentos sejam rapidamente resolvidos. Graças a este diálogo contínuo, as ilhas e as regiões periféricas, incluindo as regiões ultraperiféricas, não serão deixadas para trás nos esforços de desenvolvimento da UE.

A política de coesão incentiva todos os Estados-Membros e regiões a apoiarem as suas ilhas. Além disso, as zonas rurais insulares são abrangidas pela visão a longo prazo para as zonas rurais e pelo respetivo plano de ação rural, bem como pelo Pacto Rural. No que respeita ao programa POSEI em matéria de transportes proposto, a minha prioridade será maximizar a utilização dos instrumentos existentes e identificar lacunas antes de considerar novas soluções.

7. Catástrofes naturais e emergências

A Europa tem vindo a registar um aumento do número e da gravidade de catástrofes relacionadas com as condições meteorológicas, como temperaturas extremas, tempestades, inundações em zonas interiores e costeiras, secas e incêndios florestais. Como abordaria de forma mais eficaz os impactos imediatos e de longo prazo dessas catástrofes? Em particular, como melhoraria a dotação orçamental, a elegibilidade e a gestão do atual Fundo de Solidariedade da UE? Que outras medidas específicas, também em termos de prevenção, sugere para combater as catástrofes naturais no âmbito do futuro quadro financeiro plurianual pós-2027, preservando simultaneamente o objetivo principal da política de coesão? No que diz respeito à gestão da água, tanto em termos de inundações como de secas, que medidas tenciona propor para atenuar o seu impacto nas regiões mais vulneráveis? Além disso, tenciona propor a atualização das estratégias da UE para reduzir a vulnerabilidade das regiões costeiras e montanhosas às alterações climáticas?

Nas suas orientações políticas, a presidente eleita Ursula von der Leyen destacou os importantes riscos que os efeitos das alterações climáticas comportam para a nossa segurança. As condições meteorológicas extremas continuam a assolar zonas da Europa causando inundações, incêndios e secas ao longo do ano e em toda a União. A presidente eleita comprometeu-se a adotar um Plano Europeu de Adaptação às Alterações Climáticas com medidas específicas para prevenir catástrofes naturais. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executivo contribuirei para este plano. Para dar resposta às catástrofes naturais, é necessário tomar medidas imediatas e colocar uma forte tónica em medidas preventivas aos níveis nacional, local e regional. Continuará a ser dada prioridade a soluções naturais (reflorestação, zonas húmidas e outras infraestruturas verdes). Para atenuar eficazmente os riscos, devem ser definidas estratégias proativas em todos os níveis de governação, apoiadas por reformas e investimentos específicos.

A política de coesão é a maior fonte de financiamento da UE para a gestão do risco de catástrofes, centrando-se em medidas de prevenção e preparação em regiões de toda a UE, com 14 mil milhões de EUR afetados à gestão do risco de catástrofes (redução do risco de inundações e incêndios; abordagens baseadas nos ecossistemas; riscos naturais e de origem humana não relacionados com o clima) no período de programação de 2021-2027. A Comissão propôs recentemente aumentar a flexibilidade dos fundos da política de coesão para que seja possível prestar, com celeridade, um apoio suplementar e eficaz em caso de catástrofes naturais.

O Fundo de Solidariedade da UE (FSUE) é um apoio pós-catástrofe que intervém apenas em caso de catástrofes graves e constitui uma contribuição europeia concreta para os esforços de emergência, reconstrução e recuperação. Este Fundo destina-se a complementar os esforços nacionais e não a substituí-los. Por conseguinte, o reforço dos regimes nacionais de financiamento do risco de catástrofes e o aumento das capacidades a nível nacional são aspetos essenciais. Os Estados-Membros devem estar preparados para lidar com catástrofes de menor dimensão, com a garantia de que o Fundo de Solidariedade da UE estará disponível em casos em que a envergadura de uma catástrofe exceda as suas capacidades. Temos de reforçar as medidas de solidariedade face à intensificação das catástrofes relacionadas com o clima. A única forma racional de o fazermos é assegurar que a resistência aos efeitos das alterações climáticas seja tida em consideração desde a conceção dos investimentos, uma vez que esta abordagem é muito menos onerosa do que os esforços de reconstrução após catástrofes.

Numa análise prospetiva dos impactos a mais longo prazo, tenciono colocar uma tónica acrescida em medidas preventivas. Deve ser dada prioridade a soluções naturais. Estas medidas reduziram efetivamente o impacto de catástrofes naturais, contribuindo simultaneamente para a biodiversidade e a adaptação às alterações climáticas.

É igualmente necessária uma abordagem global de gestão da água, tanto para a prevenção de inundações como para a atenuação dos efeitos de secas. Embora a política de coesão já apoie medidas de gestão dos recursos hídricos, os planos de gestão do risco de catástrofes devem ser concebidos de modo a ter em conta as repercussões das alterações climáticas.

Os investimentos na proteção contra inundações e na resiliência face à seca devem estar estreitamente alinhados com estratégias nacionais e regionais de gestão dos riscos. O quadro de condições habilitadoras reforçou a eficácia destes investimentos e devemos explorar formas de continuar a adaptar essas condições às necessidades específicas de cada Estado-Membro e região. Este processo poderá incluir o reforço das infraestruturas para resistir a condições meteorológicas extremas, a melhoria dos sistemas de alerta precoce e a plena integração das medidas de adaptação às alterações climáticas no planeamento local e regional. As alterações climáticas agravam o isolamento já existente, dificultando o acesso dos residentes em zonas costeiras, montanhosas ou remotas aos cuidados de saúde, à educação e à água potável. O reforço das infraestruturas de transportes e digitais contribuirá não só para atenuar o impacto das catástrofes naturais, mas também para tornar estas comunidades mais resilientes.

Por último, a proteção dos interesses e da resiliência das comunidades costeiras da UE continuará a ser uma prioridade, já que as comunidades e regiões costeiras acolhem 40 % da população da UE. Os danos económicos causados pelas inundações costeiras na UE, que ascendem atualmente a mil milhões de euros por ano, deverão aumentar acentuadamente nos próximos anos devido ao aquecimento global. O Pacto para os Oceanos, sob a liderança do comissário responsável pelas Pescas e os Oceanos, estudará formas possíveis de apoiar as comunidades costeiras. Este pacto promoverá uma abordagem holística que integre as dimensões ambiental, económica e social e assegure a participação de todas as partes interessadas, incluindo as comunidades e indústrias costeiras locais, na governação dos oceanos. Estabelecerá um quadro para zonas oceânicas e costeiras saudáveis, resilientes e produtivas, reduzindo assim a sua vulnerabilidade às alterações climáticas.

Perguntas da Comissão dos Orçamentos

8. O que tenciona pôr em prática para cumprir a missão que lhe será confiada de alinhar a política de coesão com as prioridades mais abrangentes da UE, de a tornar mais direcionada e simples e ter um maior impacto e ajudar a mobilizar reformas e investimentos? De que forma a política de coesão se coaduna com a exigência da presidente eleita de uma abordagem baseada em políticas para o próximo orçamento de longo prazo da UE? Em especial, se a execução se basear num plano para cada país que associe reformas essenciais ao investimento, como tenciona assegurar que existe flexibilidade suficiente, mantendo simultaneamente uma pista clara de auditoria, um claro valor acrescentado europeu com uma dimensão transfronteiriça perceptível nas despesas que envolvam os órgãos de poder local e regional, uma boa relação custo-benefício e que o Parlamento desempenha um papel em pé de igualdade com o Conselho na execução e no acompanhamento dos fundos?

A presidente eleita Ursula von der Leyen confiou-me a missão de fazer da política de coesão um motor fundamental das reformas e dos investimentos da UE. Considero que esta é uma oportunidade para modernizar e reforçar o seu papel na redução das disparidades económicas, sociais e territoriais, na promoção da convergência ascendente, no aumento da produtividade, da inovação e da competitividade e no apoio aos órgãos de poder local e regional. Comprometo-me a assegurar que a política de coesão se alinhe com as prioridades mais vastas da UE, se torne mais simples e mais focada e continue a proporcionar benefícios tangíveis aos nossos cidadãos e empresas.

Em primeiro lugar, sendo a promoção da coesão económica, social e territorial por si só um objetivo da União, a política de coesão deve estar plenamente sintonizada com as prioridades estratégicas da UE, incluindo a competitividade, as transições ecológica e digital e a resiliência económica e social. Garantir-se-á, assim, que nenhuma região, quer seja urbana, rural ou ultraperiférica, fica para trás à medida que construímos uma Europa mais forte e mais sustentável. O próximo QFP oferecerá uma oportunidade única de avançar nesse sentido.

A parceria com os órgãos de poder local e regional ocupará um lugar central na futura política de coesão. Estas autoridades são fundamentais para garantir uma ampla adesão às nossas políticas e investimentos bem direcionados e eficazes no terreno. Na minha carta de missão, fui expressamente incumbido de prestar especial atenção à participação dos órgãos de poder local e regional. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executivo, mantereí um diálogo estreito com todos os órgãos de poder local e regional pertinentes para identificar eventuais obstáculos ao acesso aos fundos da UE, e velarei especialmente por que estas autoridades sejam associadas de perto aos trabalhos, numa preocupação de reforço da adesão aos investimentos e reformas no terreno e da sua execução eficaz.

Na perspetiva da preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual, e a fim de assegurar uma política de coesão bem direcionada, trabalharemos em estreita colaboração com as autoridades nacionais, regionais e locais. Ao privilegiar as prioridades comuns da UE — como a redução das disparidades, a promoção da coesão económica, social e territorial e o reforço da competitividade — garantiremos o impacto mensurável dos investimentos que realizarmos. Para o efeito, trabalharei com os Estados-Membros para assegurar que o financiamento da coesão seja utilizado para apoiar reformas cruciais nos setores dos serviços públicos, da educação, dos cuidados de saúde, dos transportes e da conectividade digital. Estas reformas criarão as condições necessárias à prosperidade das empresas e ao fortalecimento das comunidades, em especial nas regiões em risco de ficarem para trás.

A política de coesão continuará também a promover a cooperação transfronteiriça como elemento essencial da integração europeia. Ao melhorar os transportes, a conectividade digital e os serviços públicos, a política de coesão reforçará a conectividade entre as regiões, contribuindo para a coesão social e o crescimento económico.

Uma política de coesão mais simples contribuirá igualmente para reduzir os encargos administrativos e melhorar a eficiência. Além disso, conseguiremos resultados através da mobilização de fundos da coesão para atrair investimentos privados e nacionais suplementares. Esta abordagem não só maximizará o impacto dos recursos

financeiros da UE, como assegurará que cada euro gasto proveniente do orçamento da coesão se traduza num claro valor acrescentado europeu, promovendo a convergência e a competitividade em todos os territórios.

Embora a política de coesão deva ser mais orientada e estratégica, a flexibilidade é essencial para o seu êxito.

Ao mesmo tempo, temos de manter uma pista de auditoria clara e uma supervisão financeira sólida. As políticas de coesão respeitarão os mais elevados padrões de proteção dos interesses financeiros da UE. A política de coesão deve assegurar uma boa relação custo-benefício e todos os investimentos devem demonstrar o seu valor acrescentado europeu. Para o efeito, comprometo-me a manter rigorosos mecanismos de acompanhamento e avaliação que garantam a transparência, a responsabilização e a eficiência na utilização dos fundos da UE. O Parlamento Europeu desempenhará um papel crucial na supervisão da execução da política de coesão, assegurando o pleno respeito do controlo democrático.

Insistirei numa abordagem que assegure um fluxo transparente de informações e estarei disponível para intercâmbios a alto nível entre as instituições durante a fase de execução.

Perguntas da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

Execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

9. Tendo em conta as taxas de absorção do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), considera que o MRR foi suficientemente rápido e orientado para estimular a economia na sequência da crise da COVID-19? Como tenciona assegurar, enquanto comissário responsável, que os fundos do MRR são utilizados da forma mais eficaz possível? Tenciona procurar obter o reembolso dos fundos transferidos para os Estados-Membros nos casos em que é improvável que os investimentos estejam concluídos até 2026? Considera que o MRR representa um precedente para fazer face a crises e a défices consideráveis de financiamento?

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência foi, na minha opinião, um instrumento rápido e orientado para estimular a economia após a crise da COVID-19. Com efeito, no final de agosto de 2024, mais de 40 % dos fundos autorizados ao abrigo do Mecanismo tinham sido já desembolsados aos Estados-Membros, quase 50 % das subvenções e mais de 30 % dos empréstimos. Trata-se de uma taxa de absorção histórica em comparação com anteriores programas de despesas da UE.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência contribuiu decisivamente para apoiar, de várias formas, a recuperação económica após a pandemia. Na sequência da crise da COVID-19, o investimento público não só se manteve estável, como cresceu efetivamente de 3 % em 2019 para 3,5 % em 2023, sendo quase metade desse crescimento impulsionado pelo apoio da UE, em especial ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Além disso, o próprio anúncio do NextGenerationEU em 2020 contribuiu, a par de outras medidas políticas nacionais e da UE, para a redução dos diferenciais entre as obrigações soberanas. Ao mesmo tempo, o pré-financiamento a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência desempenhou um papel fundamental no relançamento da recuperação da UE, uma vez que proporcionou imediatamente uma margem orçamental suplementar aos Estados-Membros e assumiu um papel estabilizador no rescaldo da pandemia, ao passo que o modelo de execução do mecanismo, que recompensa os progressos obtidos na execução, prestou um apoio financeiro sustentado aos Estados-Membros.

No entanto, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência não foi só um instrumento de crise, mas também um instrumento para reforçar a resiliência da UE e tornar as nossas economias e sociedades mais fortes e aptas para o futuro. Estimulou a economia e favoreceu a convergência, uma vez que a sua chave de repartição foi adaptada para concentrar o apoio nos Estados-Membros com rendimentos mais baixos e mais vulneráveis, que mais sofreram com a pandemia. Além disso, a obrigação de os planos de recuperação e resiliência darem resposta a todos ou a uma parte significativa dos desafios estabelecidos nas recomendações específicas por país permitiu que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência atendesse às necessidades específicas de cada Estado-Membro, apoiando simultaneamente as prioridades comuns da UE.

Tal como analisado na avaliação intercalar, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência foi muito eficaz no apoio às prioridades comuns da UE e à execução de reformas estruturais fundamentais há muito aguardadas. Os planos de recuperação e resiliência ambiciosos promoveram progressos nos seis pilares que definem o âmbito de aplicação do Mecanismo, com especial incidência nas transições ecológica e digital e na convergência socioeconómica.

Mas este esforço está longe de estar terminado. O melhor meio de assegurar que o Mecanismo é utilizado da forma mais eficaz possível consiste em ajudar os Estados-Membros a cumprir cabalmente os compromissos que

assumiram até 2026. Esta é a nossa responsabilidade coletiva e um desafio futuro importante, tanto para os Estados-Membros como para a Comissão. Por conseguinte, se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executivo, trabalharei em conjunto com o comissário responsável pela Economia e Produtividade para que os Estados-Membros possam executar as reformas e os investimentos acordados e estabelecidos nos planos de recuperação e resiliência até 2026, tal como indicado na minha carta de missão. O objetivo é e continua a ser a execução plena das autorizações e, por conseguinte, o desembolso total dos fundos autorizados ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

É importante ter em conta que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência assenta em regras claras e num quadro sólido baseado no desempenho. O financiamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência está ligado aos resultados. Os progressos realizados pelos Estados-Membros na execução das reformas e dos investimentos são medidos por meio de objetivos intermédios e metas adequadamente distribuídos ao longo do período de vigência do instrumento, a fim de acompanhar os avanços em relação a valores de referência e objetivos claros a atingir. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência recompensa estes avanços através do desembolso de montantes ligados ao cumprimento dos objetivos intermédios e das metas.

À medida que nos aproximamos do prazo final de 2026, a Comissão avaliará continuamente se os Estados-Membros honram os compromissos assumidos e se é provável que os objetivos intermédios e metas finais sejam cumpridos até essa data. Caso contrário, em conformidade com o atual quadro legislativo, discutirei com os Estados-Membros em causa formas de alterar os respetivos planos e assegurar que os fundos se focam em investimentos alternativos igualmente ambiciosos que possam ser concluídos durante o período de vigência do mecanismo. Se, apesar destes esforços, se considerar ainda que alguns dos últimos objetivos intermédios ou metas não foram cumpridos de forma satisfatória, o desembolso correspondente não será efetuado.

Nos próximos cinco anos, a ambição da Comissão é ser uma «Comissão do Investimento», tal como indicado pela presidente eleita Ursula von der Leyen nas suas orientações políticas. No mandato anterior, a Europa definiu um ambicioso programa de modernização. O NextGenerationEU está a dar um impulso significativo ao investimento e contribuiu para desbloquear o financiamento necessário para a transição ecológica, digital e social. Com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, ficámos cientes da necessidade de simplicidade, flexibilidade, rapidez e orientação estratégica nas nossas despesas. No entanto, aprendemos também o quanto necessário é melhorar a participação dos órgãos de poder local e regional, das partes interessadas e dos parceiros sociais, bem como o atual quadro de auditoria e controlo. Estes ensinamentos devem refletir-se nas futuras políticas de financiamento que adotemos.

Mas as necessidades de investimento da Europa não podem ser financiadas apenas pelo erário público. Tal como salientado nos relatórios Draghi e Letta, a maioria destes investimentos terá de provir do setor privado. Embora o setor público desempenhe igualmente um papel decisivo na definição das condições-quadro adequadas, por exemplo, através da União dos Mercados de Capitais, a UE pode também proporcionar incentivos e meios de alavancagem ao setor privado.

Perguntas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

10. A sua carta de missão insiste em que para todos os cidadãos terem um real direito de permanência é necessário apoiar as necessidades de uma comunidade, nomeadamente combatendo as disparidades regionais. Entre outras políticas, tal diz respeito às políticas sociais e de emprego, nomeadamente a inclusão social. Que propostas e medidas concretas tenciona propor para fazer face a este desafio e melhorar o acesso a serviços sociais e de emprego de qualidade e como considera que os planos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência contribuem para esse objetivo e, de um modo mais geral, para a aplicação eficaz do Pilar Europeu dos Direitos Sociais?

Em particular, tendo em conta o compromisso da UE de promover a desinstitucionalização e garantir que as pessoas com deficiência, as crianças e outros grupos em situação vulnerável vivem com igualdade de direitos, como tenciona assegurar que o futuro financiamento e política de coesão da UE apoiam eficazmente os serviços de proximidade e as soluções de habitação a preços acessíveis? Como tenciona trabalhar nesta matéria com o comissário indigitado Jørgensen?

Se a minha indigitação for confirmada, tomarei medidas concretas para garantir que superação das disparidades regionais continua a ser uma prioridade da política de coesão. Esforçar-me-ei por garantir que os cidadãos tenham o direito efetivo de permanecer no local a que chamam casa e nas suas comunidades através da melhoria do acesso a serviços públicos e a atividades privadas, a empregos de qualidade, à educação e competências, à saúde, aos transportes e à conectividade digital. Para tal, será necessário orientar os investimentos para as regiões que

conhecem problemas de estagnação económica, despovoamento e armadilhas de desenvolvimento, em especial as que registam atrasos nas transições ecológica e digital. Trabalharei em estreita colaboração com os órgãos de poder local e regional no sentido de reforçar as respetivas capacidades administrativas para que possam gerir eficazmente os fundos e assegurar que as estratégias de desenvolvimento sejam adaptadas às suas necessidades específicas.

No que diz respeito à dimensão social da política de coesão, a fim de cumprir os objetivos ambiciosos estabelecidos na minha carta de missão, continuarei a desenvolver os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Já dispomos de bases sólidas para o atual período de programação de 2021-2027. O Fundo Social Europeu Mais (FSE+) contribui, nomeadamente, para melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços sociais em todas as regiões da UE, em especial para os grupos vulneráveis e as pessoas com deficiência.

Numa perspetiva de futuro, é crucial reforçar a dimensão social da política de coesão para garantir um direito efetivo de permanência. Trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas comissários e, em especial, com o vice-presidente executivo responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação, para alcançar este objetivo. Trabalharei também ativamente com a comissária da pasta Preparação para Crises e Gestão de Crises, responsável pela igualdade, a fim de melhorar a acessibilidade e os serviços às pessoas com deficiência. A União deve continuar a facilitar o exercício efetivo do direito das pessoas com deficiência a uma vida independente e à inclusão na comunidade. Mais uma vez, os fundos da UE têm um papel importante a desempenhar no apoio à desinstitucionalização.

Aproveitarei também os ensinamentos retirados do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que tem sido vital no seu contributo para a agenda social da UE e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, nomeadamente nos domínios da igualdade de género e da igualdade de oportunidades. No âmbito do Mecanismo, é considerável a proporção de medidas que incidem no domínio social e contribuem para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, ascendendo a quase 163 mil milhões de euros, o que representa mais de 25 % da totalidade do apoio financeiro à recuperação e resiliência. A título de exemplo, quase todos os planos nacionais incluem medidas para reforçar os sistemas de saúde e fomentar as competências, a educação e a formação. A maioria dos planos nacionais comporta também políticas ativas do mercado de trabalho e ações destinadas a tornar os serviços públicos de emprego mais eficazes. Por último, a maioria dos planos nacionais de recuperação e resiliência integra igualmente medidas destinadas a melhorar a proteção social e os serviços sociais e a apoiar a habitação social.

Além disso, a acessibilidade dos preços da habitação é uma preocupação importante dos cidadãos europeus, que esperam de nós uma resposta firme. A presidente eleita Ursula von der Leyen anunciou, nas suas orientações políticas, o primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Energia e Habitação nos aspetos relacionados com o desafio da habitação. Em conformidade com a minha carta de missão, contribuirei para o Novo Bauhaus Europeu e para o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, nomeadamente injetando liquidez no mercado da habitação e velando por que os Estados-Membros possam duplicar os investimentos da política de coesão previstos em habitações a preços acessíveis. Do ponto de vista da política de coesão, este trabalho estará estreitamente interligado com a garantia de um direito efetivo de permanência dos cidadãos.

A qualidade do parque imobiliário, que é o maior consumidor de energia na Europa, é fundamental para alcançar os nossos objetivos em matéria de clima e energia e para reduzir o custo de vida. As renovações de edifícios constituem uma oportunidade importante para melhorar o seu desempenho energético e resiliência, bem como para aumentar a disponibilidade de espaço vital, em especial nas zonas urbanas. Embora exijam investimento inicial, as renovações reduzem o consumo de energia e podem combater as causas profundas da pobreza energética, que, em 2023, afetou 10,6 % dos europeus que não conseguiram manter a sua casa adequadamente aquecida. A pobreza energética será também abordada através da Estratégia da UE de Combate à Pobreza ponderando a adoção de medidas estruturais, nomeadamente a eficiência energética na habitação e o acesso a energias renováveis.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão financiam já a construção e a renovação de habitações a preços acessíveis, melhoram a eficiência energética e apoiam o desenvolvimento urbano. Continuarão a fazê-lo neste período, a par de outros instrumentos, como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Perguntas da Comissão dos Transportes e do Turismo

11. De acordo com a carta de missão correspondente, a presidente Ursula von der Leyen incumbiu o futuro vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas de orientar os trabalhos sobre mobilidade sustentável e turismo, a fim de ligar diferentes partes da Europa e apoiar um mercado único próspero. Nesse sentido, espera-se que apoie o trabalho do futuro comissário responsável pelos Transportes Sustentáveis e pelo Turismo.

Como tenciona efetuar essa cooperação e qual seria a sua estratégia e prioridades, tanto para os transportes como para o turismo? Enquanto vice-presidente executivo responsável pela política de coesão e pelo desenvolvimento regional, também vai ter um impacto na conclusão da RTE-T pela qual a Comissão TRAN é responsável. Como tenciona assegurar que a implementação da RTE-T seja adequadamente financiada e apoiada pela política de coesão da UE? Também enquanto responsável pelo desenvolvimento das regiões ultraperiféricas, das ilhas, das zonas rurais e das cidades, que papel acha que os transportes devem desempenhar como instrumento de coesão social e de conectividade e como tenciona abordar o turismo nessas zonas para promover um setor do turismo resiliente, sustentável e competitivo?

Considero que tanto os transportes sustentáveis como o turismo são cruciais para reforçar a coesão e a prosperidade da Europa. A conectividade é essencial para assegurar o bom funcionamento do mercado único. Garantir a todos os cidadãos e empresas, independentemente da sua localização, o acesso a transportes fiáveis e a preços acessíveis para garantir que estão ligados ao resto da UE e ao mundo em geral é uma condição prévia para o desenvolvimento económico e social e para os meios de subsistência das pessoas.

Ao mesmo tempo, o turismo tem uma importante dimensão territorial e muitas regiões da UE estão fortemente dependentes deste setor. Se for desenvolvido de forma sustentável, o turismo é um motor da coesão económica e social das regiões europeias, em especial nas zonas remotas e rurais, onde pode constituir uma importante fonte de rendimento e de subsistência para as comunidades locais.

Em estreita colaboração com o comissário responsável pelo Turismo e Transportes Sustentáveis, apoiarei os esforços para alinhar as políticas da UE com as necessidades regionais. Desta forma, serão dadas respostas aos desafios específicos de cada região, enquanto se promove o crescimento económico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Juntos, mobilizaremos financiamento da UE para impulsionar as transformações ecológica e digital de ambos os setores, tornando-os mais resilientes e preparados para o futuro. Velaremos por que os investimentos no turismo e em transportes sustentáveis assegurem um equilíbrio entre as dimensões económica, social, cultural e ambiental, permitindo às regiões que se integrem facilmente no mercado único e tirem partido do seu potencial económico, apoiando simultaneamente os objetivos climáticos e de coesão territorial da UE e melhorando a qualidade do ambiente. Além disso, estou convencido de que a melhoria da disponibilidade e da acessibilidade física e monetária dos transportes desempenha um papel crucial na integração social, no desenvolvimento económico e na coesão. Neste contexto, trabalharei com vista a garantir a todos os europeus um amplo acesso a opções de transporte a preços acessíveis. O combate à pobreza nos transportes será também abordado no âmbito da primeira Estratégia da UE de Combate à Pobreza, da responsabilidade da vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação, e para a qual darei, com agrado, o meu contributo.

Em primeiro lugar, quero garantir o êxito da implementação da RTE-T. O principal objetivo é completar a rede RTE-T dentro dos prazos acordados e tornar as infraestruturas da UE mais resilientes a catástrofes naturais. Este objetivo passa por centrar a atenção nos Estados-Membros que registam atrasos no desenvolvimento de infraestruturas e investir em troços nacionais da RTE-T de forma a satisfazer as normas da UE e estabelecer ligações com os troços transfronteiriços. Estes investimentos darão prioridade a opções de transporte sustentáveis, assegurando que o desenvolvimento de infraestruturas contribui tanto para a coesão territorial como para a sustentabilidade ambiental. Além disso, se a minha indigitação for confirmada, tenciono continuar a trabalhar no sentido de permitir a conectividade a preços acessíveis, a mobilidade e o acesso a serviços críticos em regiões com sistemas de transporte de baixa qualidade, como as regiões rurais, periféricas, transfronteiriças e ultraperiféricas, e promover a mobilidade sustentável nas zonas urbanas.

Em segundo lugar, esforçar-me-ei por assegurar que o turismo ocupe o seu devido lugar nos programas de financiamento, proporcionando simultaneamente flexibilidade suficiente. Devido às suas múltiplas facetas, o turismo pode e deve beneficiar de apoio ao abrigo de vários domínios de intervenção. Analisarei, em especial, os desafios do turismo nas cidades, nas ilhas e nas regiões ultraperiféricas. A intenção é tirar partido das atuais iniciativas para promover modelos de turismo urbano sustentável, bem como para dar resposta a questões como a conectividade, os efeitos das alterações climáticas e os desafios da elevada dependência, trabalhar no sentido de apoiar a diversificação do modelo económico e testar novas soluções. Apoiar-me-ei nos trabalhos em curso para garantir que as empresas de turismo e os locais culturais na Europa têm mais facilidade em encontrar oportunidades de financiamento, também a nível nacional e regional.

É minha convicção que as oportunidades de investimento podem beneficiar de abordagens estratégicas e integradas para enfrentar os desafios de ambos os setores, com o foco na simplificação e tendo em conta as necessidades das partes interessadas locais, envolvendo-as na definição das intervenções necessárias.

Os investimentos no setor dos transportes devem ser incluídos num planeamento global no domínio dos transportes que comporte um levantamento multimodal das infraestruturas existentes e planeadas, incluindo estratégias de mobilidade sustentável e investimentos nas redes RTE-T, com destaque para os planos de trabalho dos corredores europeus de transporte no âmbito da RTE-T. Esta estratégia contribuirá para ligar mais eficazmente as regiões a redes de transportes mais vastas, favorecendo a concretização do mercado único e promovendo o desenvolvimento económico, em consonância com a Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente.

As intervenções no domínio do turismo devem ser integradas em estratégias mais vastas de desenvolvimento territorial. Ao associar investimentos no turismo a planos de desenvolvimento local, a estratégias de especialização inteligente e a iniciativas de cooperação territorial, será possível assegurar que o turismo estimula as economias locais e contribui para a coesão social e a sustentabilidade ambiental. Esta abordagem está bem definida na Trajetória de Transição para o Turismo e na Agenda Europeia para o Turismo 2030. A sua plena aplicação exige uma abordagem estratégica a nível da UE para que todos os instrumentos disponíveis, desde o financiamento até às políticas, sejam mobilizados em torno do mesmo objetivo.

Neste contexto, a consolidação do papel fundamental dos ecossistemas sustentáveis dos transportes e do turismo assumirá a maior importância. Durante a pandemia de COVID-19, todos fomos testemunhas das consequências da ausência de turismo e da restrição à mobilidade das pessoas. Esta situação teve um efeito devastador na solidez do tecido económico e social da Europa. Desde então, os dois setores recuperaram. Se a minha indignação for confirmada, o meu trabalho consiste em tirar partido desta recuperação e garantir que é sustentável e equitativa. Será particularmente importante assegurar que as zonas remotas estão não só bem interligadas, mas também que os transportes continuam a ter preços acessíveis. Sem isso, dificilmente poderão beneficiar de um turismo sustentável.

Perguntas da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

12. Enquanto vice-presidente executivo da Comissão Europeia, como tenciona alcançar o objetivo transversal às direções-gerais de abordar as causas e os desafios relativos à manutenção e à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais? Como tenciona reduzir o fosso entre as zonas urbanas e as zonas rurais, promover o desenvolvimento de infraestruturas, apoiar a transição digital, facilitar o acesso aos serviços e, de um modo geral, tornar as zonas rurais mais atrativas para agricultores e empresas? De que forma vê o Pacto Rural e o seu desenvolvimento futuro? Em termos de financiamento, como tenciona assegurar que os fundos e as políticas da UE são complementares no apoio às zonas rurais e que a informação está acessível às partes interessadas locais?

Subscrevo plenamente os objetivos da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. Este documento prospetivo descreve os desafios que se colocam hoje à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, bem como as oportunidades ainda por explorar. Tenciono assegurar a coordenação entre as diferentes políticas setoriais com impacto nas zonas rurais, em especial a política de coesão e a política agrícola comum, que são complementares para contribuir para a coesão social, económica e territorial na Europa e para tornar o setor mais sustentável. Um aspeto fundamental será reforçar a aplicação da abordagem de verificação rural das iniciativas legislativas e não legislativas da Comissão Europeia, tal como solicitado pelo Parlamento Europeu por iniciativa da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural na sua resolução de 13 de dezembro de 2022. Comprometo-me a organizar a cooperação necessária entre os comissários a fim de assegurar que o desenvolvimento económico, a competitividade e a atratividade das zonas rurais sejam integrados no planeamento e nos esforços orçamentais futuros.

O acesso a serviços, infraestruturas, conectividade digital e competências são pedras angulares para tornar o empreendedorismo mais atrativo nestes domínios, começando pela indústria agrícola e alimentar que, ao longo dos anos, se tornou um pilar do espaço rural. No entanto, as zonas rurais remotas e despovoadas são especialmente afetadas pela falta de serviços. Temos de trabalhar para garantir que os cuidados de saúde, a educação e os serviços sociais não sejam um luxo. É nosso dever assegurar que estão amplamente disponíveis ao público, tal como o preconiza o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Se a minha indignação for confirmada, comprometo-me a prosseguir e a reforçar o plano de ação da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, no qual devem ser prioridades a criação de empresas, o apoio às empresas existentes, a melhoria dos serviços e o apoio à inovação, em especial a digital. Temos de alinhar as políticas nacionais e regionais com as prioridades e os fluxos de financiamento da UE, a fim de maximizar o seu impacto. Para tal, há que incentivar a aplicação de estratégias holísticas para as zonas rurais aos níveis nacional e regional que garantam um planeamento abrangente e a colaboração entre todos os níveis de governação, em consonância com a visão rural. Velarei pelo estabelecimento de um diálogo com as comunidades rurais, em especial com a juventude dessas comunidades. O Pacto Rural demonstrou ser um importante fórum de cooperação e segue o exemplo da interação entre as partes interessadas

urbanas. As atividades do Pacto Rural contribuíram para amplificar a voz das comunidades rurais, permitir a criação de redes e incentivar ações para as zonas rurais. Tendo com conta o êxito dessa abordagem, comprometo-me a continuar a apoiar e, se necessário, aprofundar e melhorar o Pacto Rural.

Atualmente, as políticas da UE têm à sua disposição uma vasta gama de instrumentos territoriais e outros instrumentos políticos eficazes para enfrentar os desafios rurais, nomeadamente no âmbito do segundo pilar da PAC, que inclui programas como o LEADER, o desenvolvimento local de base comunitária que demonstrou o seu valor acrescentado, bem como as aldeias inteligentes, mas também estratégias de desenvolvimento territorial integrado. No primeiro ano do meu mandato, farei um balanço dos instrumentos existentes e refletirei sobre a forma de os tornar mais eficientes ao serviço das comunidades rurais e dos agricultores, acompanhando-os na adoção de modelos de produção que melhor associem os três níveis de sustentabilidade: social, económica e ambiental.

A política de coesão também presta um amplo apoio às zonas rurais, nomeadamente através de intervenções territoriais integradas, incluindo as destinadas a reforçar as interações entre as zonas urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento urbano sustentável. As zonas rurais também beneficiam de apoio às pequenas zonas urbanas, que lhe servem de pontos de referência e plataformas de infraestruturas e serviços rurais.

Independentemente da próxima arquitetura dos fundos da UE, cuja definição se avizinha, temos de garantir que as necessidades das populações rurais sejam claramente identificadas, devidamente tidas em conta e integradas nas diferentes políticas. É necessário avaliar como são tidas em conta as necessidades das comunidades rurais. A este respeito, será fundamental dispor, nos futuros fundos e políticas da UE, de objetivos e indicadores específicos para as zonas rurais. O reforço do recém-criado Observatório Rural contribuirá para este objetivo. Será fundamental assegurar a existência de instrumentos eficazes que permitam às partes interessadas locais e rurais, a começar pelos agricultores e produtores agroalimentares, participar plenamente no processo. A minha prioridade será reforçar a capacidade de acederem ao financiamento da UE, dando-lhes a conhecer as oportunidades existentes através de atividades e iniciativas em rede, como o conjunto de ferramentas sobre o financiamento da UE para as zonas rurais.

Pergunta da Comissão das Pescas

13. Como tenciona tornar o setor das pescas mais resiliente, sustentável e competitivo no mercado mundial, contribuir para a renovação geracional e beneficiar as comunidades costeiras e as regiões ultraperiféricas, assegurando simultaneamente a coesão desses territórios e cumprindo os objetivos do Pacto Ecológico Europeu?

O futuro da pesca, tanto do ponto de vista económico como enquanto setor atrativo para os jovens, depende de um oceano saudável, de unidades populacionais abundantes e de um compromisso para com a segurança e a inovação. Encontrar o equilíbrio certo entre a gestão dos recursos haliêuticos, a proteção do nosso meio marinho e o investimento no futuro das pescas será fundamental para salvaguardar a viabilidade a longo prazo deste setor, em especial da frota de pequena pesca.

Se a minha indignação for confirmada, apoiarei o comissário responsável pelas Pescas e Oceanos na sua missão.

Para reforçar a resiliência, tanto os fundos da política de coesão como o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) devem continuar a dar prioridade a investimentos em inovação e modernização no âmbito do atual quadro jurídico. Através do FEAMPA, continuaremos a apoiar a transição ecológica e digital, procurando um equilíbrio ambicioso entre a necessária salvaguarda das unidades populacionais de peixes e o reforço da resiliência do setor. Tanto os fundos da política de coesão como o FEAMPA desempenham um papel fundamental na resposta aos desafios únicos enfrentados pelas regiões costeiras da UE, desde o Mediterrâneo até às costas atlânticas, e pelas regiões ultraperiféricas, que são, muitas vezes, altamente dependentes da pesca. Estas zonas são mais vulneráveis a flutuações económicas e a alterações ambientais, pelo que é essencial prestar apoio específico para assegurar a sua resiliência e desenvolver soluções que garantam um equivalente das normas de produção com os parceiros comerciais dos países terceiros. Continuaremos a dar prioridade ao financiamento do desenvolvimento de infraestruturas nestas regiões, melhorando a conectividade e o acesso aos mercados. Além disso, apoiaremos o setor das pescas e a sua descarbonização e transição digital, mas também a aquicultura sustentável e os novos setores da economia azul emergentes, a fim de permitir que as comunidades costeiras beneficiem de economias diversificadas. Se a minha indignação for confirmada, prestarei especial atenção à resolução das disparidades sociais e económicas nas regiões ultraperiféricas. Tanto os fundos da política de coesão como o FEAMPA podem contribuir para promover a inclusividade, oferecendo assistência financeira específica aos pequenos pescadores e promovendo projetos de inovação social que integrem a pesca, nomeadamente a pequena pesca, em estratégias de desenvolvimento regional mais amplas.

Por último, apoiarei com determinação o comissário responsável pelas Pescas e Oceanos no desenvolvimento de uma visão clara para um setor das pescas resiliente, sustentável e competitivo, numa perspetiva de 2040, na elaboração de uma estratégia holística, virada para o futuro e ambiciosa para os oceanos, através do Pacto Europeu para os Oceanos, e na promoção da prioridade da União de assegurar condições de concorrência equitativas entre a UE e os países terceiros.